

GESTÃO DE ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS: A ESCOLA PÚBLICA COMO CENÁRIO DE MUDANÇAS COGNITIVAS E ESTRUTURAIS

Ademar Henriques da Silva Filho*
Luiz de Lavor Marculino**

RESUMO

Um aspecto essencial da gestão democrática em uma escola comunitária é a criação de órgãos colegiados, como o Conselho Escolar, que reúne representantes de diversos segmentos da comunidade escolar e local. Esses órgãos têm a responsabilidade de discutir questões importantes, definir prioridades e tomar decisões que afetam a escola. Essa participação ativa de todos os envolvidos cria um senso de coletividade e responsabilidade compartilhada, fortalecendo o compromisso com a qualidade da educação. A gestão democrática também promove a transparência na administração da escola, uma vez que as decisões e os recursos são discutidos abertamente. Isso contribui para a prestação de contas e a eficiência na gestão dos recursos, garantindo que o dinheiro destinado à educação seja utilizado de maneira eficaz e direcionado para as necessidades reais da escola.

Palavras-chave: gestão; democrática; escola; atenção especial.

ABSTRACT

An essential aspect of democratic management in a community school is the creation of collegiate bodies, such as the School Council, which brings together representatives from different segments of the school and local community. These bodies are responsible for discussing important issues, setting priorities and making decisions that affect the school. This active participation of everyone involved creates a sense of collectiveness and shared responsibility, strengthening the commitment to quality education. Democratic management also promotes transparency in school administration, as decisions and resources are openly discussed. This contributes to accountability and efficiency in resource management, ensuring that money allocated to education is used effectively and directed to the school's real needs.

Keywords: management; democratic; school; Special attention.

*Licenciado em Pedagogia (UNIP/SP), Mestre em Teologia (EST/RS) e Doutorando em Ciências da Educação (FICS/PY), E-mail: ademarfilho@uea.edu.br.

**Bacharel em Psicologia (SESPA/MG), Mestrando em Ciências da Educação (FICS/PY), E-mail: llmfilos@hotmail.com.

1. INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços tecnológicos e científicos, das críticas severas a respeito de diversas posturas pedagógicas, principalmente relativas à gestão, a organização da escolar ainda traz, em si, concepções de autoritarismo, discriminação, preconceito e exclusão. Historicamente, a questão da obediência às normas disciplinares, o rigor pedagógico, a submissão do aluno e dos professores às determinações superiores impregnam o espaço escolar.

A gestão democrática em uma escola comunitária na cidade de Tefé, no estado do Amazonas, é um aspecto fundamental para garantir a qualidade da educação e o envolvimento da comunidade local no processo educativo. Uma escola comunitária se diferencia das instituições tradicionais por seu forte vínculo com a comunidade em que está inserida, e a gestão democrática é um pilar que fortalece esse relacionamento.

A gestão democrática em uma escola comunitária envolve a participação ativa de todos os atores envolvidos na educação, incluindo alunos, pais, professores, funcionários e membros da comunidade. Isso significa que as decisões importantes relacionadas à escola são tomadas de forma coletiva, por meio de processos participativos e consultas regulares.

No contexto de Tefé, onde a realidade socioeconômica pode variar significativamente, a gestão democrática desempenha um papel crucial. Ela permite que a comunidade local influencie as políticas educacionais, os currículos e as atividades da escola, de modo a atender às necessidades específicas dessa região. Além disso, a gestão democrática promove a inclusão de diferentes perspectivas e a valorização da diversidade cultural presente na cidade.

2. DESENVOLVIMENTO

A gestão democrática não está isenta de desafios. É necessário investir na formação e capacitação dos envolvidos, para que possam desempenhar seus papéis de forma eficaz. Além disso, é importante garantir que as decisões sejam tomadas de forma equitativa, levando em consideração as diversas vozes e perspectivas presentes na comunidade.

A administração escolar inclui ato de planejar as ações educacionais, que pode ser feita de forma centralizadora e autoritária, como participativa e democrática, incluso ou excludente.

A gestão democrática em uma escola comunitária da cidade de Tefé-AM não se limita apenas à tomada de decisões, mas também se estende a vários aspectos que moldam o ambiente educacional e a relação entre a escola e a comunidade.

Aqui estão alguns pontos adicionais a serem considerados:

➤ **Participação de Todos os Envolvidos:** A gestão democrática não se restringe apenas à comunidade local, mas envolve todos os atores da escola. Isso significa que os alunos têm a oportunidade de expressar suas opiniões e contribuir para a melhoria da qualidade da educação. Os pais, por sua vez, podem desempenhar um papel ativo no acompanhamento do progresso de seus filhos e na construção de uma escola que atenda às suas expectativas.

➤ **Inclusão e Diversidade:** A cidade de Tefé, como muitas outras na região amazônica, é caracterizada pela diversidade cultural. A gestão democrática deve abraçar essa diversidade, promovendo a valorização das diferentes culturas presentes na comunidade. Isso pode ser feito por meio da adaptação do currículo para incluir elementos culturais locais e do respeito às tradições e idiomas regionais.

➤ **Transparência e Prestação de Contas:** A prestação de contas é um princípio fundamental da gestão democrática. A comunidade deve ter acesso a informações sobre as finanças da escola, os resultados acadêmicos e as decisões tomadas. Isso promove a transparência e a confiança na administração da escola.

➤ **Formação Continuada:** Para que a gestão democrática seja eficaz, é crucial investir na formação contínua de todos os envolvidos. Isso inclui capacitar os membros do Conselho Escolar, os professores e os funcionários da escola para desempenharem seus papéis de maneira eficiente e eficaz.

➤ **Apoio Governamental:** É importante que o poder público apoie e promova a gestão democrática nas escolas comunitárias, oferecendo orientação, recursos e regulamentações que facilitem sua implementação. O apoio governamental pode ajudar a garantir que a gestão democrática seja efetiva e sustentável.

➤ **Avaliação Contínua:** A gestão democrática também envolve a avaliação contínua do processo. Isso permite que a comunidade e a escola identifiquem áreas que precisam de melhorias e ajustem suas práticas de acordo com os resultados alcançados.

E quando a mesma assume um caráter participativo e democrático, terá mais oportunidades de efetivação da educação coadjuvante e com isso prover a satisfação plena de seus discentes. Nesse sentido surge o profissional/gestor conhecido como o administrador e gerenciador de ações e de planejamentos, tendo este o intuito de assumir esse papel dentro de uma instituição.

E é nesse novo paradigma que se faz o nosso estudo da busca de subsídios para desenvolver a capacidade de identificar e propor medidas para construir a gestão compartilhada por meio de ações democráticas, justificando a sua importância e construção de maneira coletiva, a partir da realidade educacional encontrada.

A história humana contada e recontada por diversos grupos sejam eles formais ou informais, insere a escola em uma sociedade que está presente, compulsoriamente, no universo educacional, ou seja, a escola não se afasta da dinâmica do dia-a-dia da comunidade e nem cria hiatos entre as mesmas.

A escola do século XXI precisa sair do “chicote”. Disciplinar, no seu sentido autoritário da coisa, é mais do que fazer valer a força da vontade confundida com verdade, mas o de levar a escola para a concepção macro do exercício democrático, da inclusão, da escola para todos, da aprendizagem de todos principalmente, para o conhecimento, em todos os seus matizes.

No entanto, torna-se importante considerar que a questão do conhecimento, vista dessa forma, implica, também, no conhecimento científico e tecnológico, que está diretamente ligado à competência técnica e que é, também, inerente à gestão da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Artigo 32, Inciso I, enfatiza uma das competências básicas para o enfrentamento do mercado de trabalho e, principalmente, para o exercício pleno da cidadania, já que propicia uma leitura consciente do mundo: Art. 32, I “o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.”

O grande desafio da gestão educacional, ou melhor, de qualquer gestão que busque excelência, é conciliar competência técnica (com seus cursos de qualificação profissional, cursos de pós-graduação) com a dimensão humana e social, pois em sentido diversificado escola e comunidade caminham juntas (no sentido das características antropológicas e suas variáveis).

É perseguir, insistentemente, esta interação. Esta responsabilidade de entender as mudanças sociais e trazer a ideia de que a escola se encontra em constante mudança, pois a mesma insere-se em um contexto social, fazer escola é fazer sociedade, compreender a sociedade é compreender a escola e suas mudanças pedagógicas necessárias. A responsabilidade de redimensionar o espaço pedagógico, repensar o fazer educativo, oxigenar o cotidiano da sala de aula.

A gestão democrática na educação é um conceito fundamental que visa promover a participação ativa de todos os envolvidos no processo educacional, incluindo alunos, pais, professores, funcionários e membros da comunidade, na

tomada de decisões e na administração das escolas. Esse modelo de gestão é essencial para garantir a qualidade, a equidade e a eficácia do sistema educacional, bem como para promover a cidadania e o desenvolvimento social.

O princípio da gestão democrática na educação está fundamentado em diversos documentos internacionais, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que enfatizam a importância da participação de todos os cidadãos na construção e no desenvolvimento de sistemas educacionais. No contexto brasileiro, a gestão democrática está prevista na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelecem a participação dos diversos segmentos da comunidade escolar na gestão das escolas.

Uma das principais características da gestão democrática é a participação ativa dos diferentes atores da comunidade escolar em processos decisórios. Isso inclui a formação de conselhos escolares, a realização de assembleias, a elaboração de planos pedagógicos participativos e a definição de metas e diretrizes para a escola. Além disso, a gestão democrática pressupõe a transparência nas ações administrativas e a prestação de contas por parte dos gestores, garantindo que as decisões sejam tomadas de forma clara e responsável.

A gestão democrática também promove a valorização da diversidade e a inclusão, reconhecendo a importância de atender às necessidades específicas de grupos minoritários, bem como de respeitar a pluralidade de ideias e culturas. Isso contribui para a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e igualitário.

A participação dos estudantes na gestão democrática é particularmente relevante. Os alunos têm o direito de expressar suas opiniões, contribuir para a definição de regras e normas da escola, e colaborar na elaboração de projetos pedagógicos. Isso não apenas fortalece o senso de responsabilidade dos estudantes, mas também os prepara para a vida em sociedade, onde a capacidade de participar de processos democráticos é essencial.

A gestão democrática na educação também desempenha um papel fundamental na promoção da accountability, ou seja, na responsabilização das instituições educacionais. Quando a comunidade escolar participa ativamente da gestão, ela se torna mais engajada na busca por melhorias e na garantia de que os recursos públicos sejam utilizados de maneira eficiente e eficaz. Isso cria um ambiente de prestação de contas, onde todos os envolvidos podem monitorar o desempenho da escola e cobrar resultados satisfatórios.

Outro aspecto importante da gestão democrática é a promoção do diálogo

e do consenso. A diversidade de opiniões e perspectivas pode enriquecer o debate sobre questões educacionais, levando a soluções mais abrangentes e equitativas. O diálogo contínuo entre todos os interessados, incluindo a troca de experiências e a construção de consenso, é essencial para o sucesso da gestão democrática na educação.

A gestão democrática também está alinhada com princípios fundamentais dos direitos humanos, como a liberdade de expressão e o direito à participação. Quando os alunos são incentivados a participar ativamente na administração escolar, eles aprendem sobre a importância da democracia e da cidadania desde cedo, o que contribui para a formação de cidadãos críticos e engajados.

No entanto, é importante reconhecer que a gestão democrática não é isenta de desafios. A efetiva implementação desse modelo pode demandar tempo, recursos e capacitação. Além disso, é necessário garantir que todos os segmentos da comunidade escolar tenham igualdade de oportunidades para participar, superando possíveis barreiras sociais, culturais e econômicas.

Buscar a gestão democrática, na participação efetiva dos diferentes segmentos da comunidade escolar, constitui-se em facilitador significativo para a escola atendida (ligada e interligada com os diversos fatores existentes no entorno da mesma) com a modernidade e que se preocupa com anseios do cidadão do século XXI. A escola é um espaço social e democrático, composto pelos alunos, familiares, professores, funcionários e demais membros da sociedade.

É baseado nessa perspectiva do ser humano como ser social, integrado ao contexto mais amplo e que pode coletivamente transformá-lo, que a escola atual vem propagar o conceito de gestão escolar.

Nesse sentido, a gestão democrática na educação também pode ser vista como uma ferramenta importante para a resolução de conflitos no ambiente escolar. A abertura para o diálogo e a participação de todos os interessados podem ajudar a identificar e lidar com problemas de maneira mais eficaz. Além disso, a transparência na tomada de decisões reduz a possibilidade de descontentamento e desconfiança, contribuindo para um ambiente mais harmonioso e colaborativo.

A gestão democrática na educação se adapta a diferentes contextos e realidades, pois pode ser aplicada em escolas de diversas dimensões e níveis de ensino, desde instituições de educação infantil até universidades. A flexibilidade desse modelo permite que ele seja moldado de acordo com as necessidades e características específicas de cada escola, levando em consideração as peculiaridades de sua comunidade.

Além disso, a gestão democrática na educação é um componente importante na promoção da qualidade do ensino. A participação ativa da comunidade escolar pode resultar em melhores práticas pedagógicas, inovações no currículo e na melhoria da infraestrutura escolar. Quando todos os envolvidos têm voz na definição dos objetivos e na avaliação dos resultados, as escolas tendem a ser mais eficazes na promoção do aprendizado e no alcance das metas educacionais.

No entanto, é fundamental lembrar que a gestão democrática na educação exige um compromisso constante com a educação cidadã, ou seja, a formação dos estudantes para que compreendam os valores da democracia, o respeito à diversidade e a importância da participação ativa na sociedade. Essa formação é parte integrante do processo educativo e contribui para o desenvolvimento de uma cultura democrática que transcende os limites da escola.

Em conclusão, a gestão democrática na educação é um conceito abrangente que abarca a participação ativa de todos os atores envolvidos no processo educativo. Ela promove a inclusão, a igualdade, a transparência e a responsabilidade, além de contribuir para a resolução de conflitos e a promoção da qualidade do ensino. Ao adotar esse modelo de gestão, as escolas podem se tornar verdadeiros laboratórios de cidadania, preparando os alunos para uma vida adulta participativa e comprometida com os valores democráticos.

É necessário o entendimento da sociedade, no sentido de entender que a sociedade se encontra em constante processo de mudança. O estudo da gestão compartilhada da educação é uma construção que ganha concretude através das relações que são estabelecidas entre as instâncias de participação do sistema de ensino, nas quais os sujeitos envolvidos possam compartilhar desde o estudo, o planejamento educacional e as práticas empreendidas no interior das unidades escolares. Ou então ainda estaríamos com práticas medievais no ensino.

A educação sendo uma construção humana e ocorrendo nas relações sociais de forma intencionada passa a ser um ato político, pois é construída de forma coletiva, nenhuma sociedade consolida uma escola ou uma instituição para produzir conhecimentos para si, mas para o contexto, visto que a mesma se encontra em um lugar e neste lugar contribui para que haja mais desenvolvimento.

A pessoa vive em sociedade e a construção social perpassa pela mesma. Consolidando não somente o ensino, mas seu desenvolvimento para que a sociedade esteja em processo de mudança em sentido mais amplo consolidado com o saber fazer e o saber ser.

A administração escolar inclui o ato de planejar as ações educacionais, que

podem ser feitas de forma centralizadora e autoritária, como também participativa e democrática, em espaços sociais de inclusão e exclusão.

E, quando a mesma assume um caráter participativo e democrático, terá mais oportunidades de efetivação da educação coadjuvante e com isso prover a satisfação e a participação plena de seus discentes. Nesse sentido surge o profissional/gestor conhecido como o administrador e gerenciador de ações e de planejamentos, tendo este o intuito de assumir esse papel dentro de uma instituição. E é nesse novo paradigma que buscamos subsídios para desenvolver a capacidade de identificar e propor medidas para construir a gestão democrática e compartilhada na escola comunitária por meio de ações democráticas, justificando a sua importância e a construção de maneira coletiva, a partir da realidade educacional encontrada.

A intenção dessa pesquisa é propiciar novos entusiasmos, novas decisões baseadas na participação e a todos interessados em uma escola com princípios democráticos promovidos no desenvolvimento humano.

E demonstrar, por meio de pesquisa bibliográfica que, mesmo com todos os obstáculos com que se depara a escola todos os dias – como a resistência por parte de alguns profissionais e a indiferença de vários pais e membros da comunidade, a mesma ainda tem muito a oferecer e contribuir com uma educação que atenda aos interesses da sociedade e conseqüentemente com as necessidades da escola e seu corpo docente e discente, oferecer possibilidades de participação de toda a comunidade.

Fazendo com que a escola não seja apenas um local de encontro e desencontros, mais um local de construção de partidas e chegadas, fazer a mesma se recriar na sociedade não mais como apenas um local de saber imposto, mas um local de saber compartilhado por todos os envolvidos com o fazer pedagógico existente no processo educacional da escola comunitária.

Partindo do pressuposto de que toda pesquisa supõe sintonia com a realidade vigente, buscaremos apresentar a escola com novas formas de construção do futuro: uma escola que atende a comunidade em seu contexto político, mas que também não crie entraves com a legislação, ou seja, a escola que ora apresentamos é uma escola que, em outros aspectos, se entende a mesma como um guarda-chuva que abarca informações do contexto, mas sem deixar de lado a proteção que a legislação nos propicia na consolidação da gestão escolar.

A gestão atual é concebida como forma de priorização de objetivos a partir de uma reflexão da realidade em que estamos inseridos. Para tanto, pretende-se com este trabalho contribuir com reflexões para que a escola assuma assim seu espaço

enquanto instituição de ensino responsável pela formação de cidadãos conscientes de suas condições históricas e sociais e da realidade concreta em que estão inseridos, para então buscar superar a partir da participação direta nos problemas enfrentados em sua comunidade.

A Constituição Brasileira de 1988 incorpora, no seu capítulo sobre Educação, a Gestão Democrática como princípio do ensino na forma da Lei, que veio institucionalizar a prática que já vinha ocorrendo em vários sistemas de ensino. Vive-se uma época da globalização, onde tem-se que aprender a responder.

A escola é o lugar de trabalho do docente, mas também é o lugar de aprendizagem de professores e alunos, de gestores e funcionários. É na escola que esses envolvidos com a dinâmica da instituição colocam além de suas convicções e seu conhecimento da realidade, suas competências para fazer as leituras pessoais e profissionais, isto é, as mudanças que são rápidas, deixando a todos os participantes admirados com essa troca de experiência com os demais membros da comunidade escolar e isso consolida o que podemos chamar de equipes de trabalhos (a saber, uma escola de certa forma poderá desenvolver em seu quadro diversas equipes de trabalho para que as mesmas possam estar livres em sentido próprio, não sobrecarregando uns e deixando outros sem trabalhos ou atividades), caminho para a gestão democrática, fazendo um novo agir coletivo, em favor da formação dos alunos. Sabe-se o quanto é difícil observar e fazer uma ação rápida de mudanças.

Essas mudanças acontecem inclusive nas instituições escolares junto às grandes transformações que o mundo sofre, porém, mesmo essas mudanças acontecendo no âmbito escolar, as mesmas permanecem com o modelo de gestão escolar, pois em algumas instituições, sejam particulares, públicas ou comunitárias, a gestão ainda encontra-se atrelada à competência demonstrada no fazer pedagógico da sala de aula, contudo nem sempre um bom professor é um bom gestor.

A constante melhoria do sistema de ensino e da escola é um objetivo perseguido pela administração na educação. A sociedade organizada em instituição pública e privada identifica a relevância da administração como um meio para atingir objetivos, avaliar processos e resultados, ajustando-se às demandas.

Na gestão democrática deve haver compreensão da administração escolar como atividades-meio e reunião de esforços coletivos para os implementos dos fins da educação, assim como um entendimento e a aceitação do princípio de que a educação é um processo de emancipação humana, em que o Projeto Pedagógico (PP) deve ser construído através do coletivo e que, além da construção deste, deve haver constituição e fortalecimento do Conselho Escolar.

A gestão democrática está vinculada aos mecanismos legais e institucionais de atitudes que propõem a participação social. Contudo a escola não se torna um fim em si mesmo, quando leva para dentro da mesma a comunidade para aí sim fazer valer as questões atuais, tanto legislativo quanto pedagógicas visto que é ela, mesma faz e refaz no cotidiano da educação a consolidação do saber, consolidando para mais além a função real da escola atual, a saber: transmitir os conhecimentos necessários não somente para a subsistência, mas para que a comunidade cresça na pessoa de seus alunos e conseqüentemente a escola em si.

Destacar a importância de envolver todos os interessados na tomada de decisões é fundamental para compreender os benefícios da gestão democrática na educação. A participação de alunos, pais, professores e membros da comunidade é valiosa por diversas razões.

Primeiramente, ao envolver todos os interessados, a gestão democrática assegura que as decisões tomadas reflitam as necessidades reais da comunidade escolar. Isso evita decisões arbitrárias e unilaterais que podem não ser apropriadas para a realidade específica de cada escola. Cada grupo de interesse traz perspectivas e preocupações únicas que, quando consideradas, enriquecem o processo decisório.

Além disso, a participação de todos os interessados promove um senso de pertencimento à escola. Quando as pessoas têm a oportunidade de contribuir para a definição das políticas e diretrizes da instituição, elas se sentem mais investidas em seu sucesso e bem-estar. Isso, por sua vez, pode levar a um aumento no comprometimento dos alunos, na satisfação dos professores e no engajamento dos pais.

A gestão democrática também promove a transparência e a responsabilidade. Quando todos têm voz nas decisões, as ações da administração da escola são submetidas a um escrutínio mais amplo. Isso garante que os gestores prestem contas de suas ações e que a comunidade esteja ciente das prioridades e do uso dos recursos.

Outro ponto relevante é que a gestão democrática fortalece a capacidade de resolução de problemas e a tomada de decisões compartilhadas. Os processos decisórios colaborativos permitem que a comunidade escolar desenvolva habilidades importantes, como negociação, escuta ativa e resolução de conflitos. Essas habilidades são valiosas não apenas no contexto escolar, mas também ao longo da vida.

Por fim, a participação de todos os interessados na gestão democrática na educação contribui para a construção de uma cultura de respeito e inclusão. Ela

promove a valorização da diversidade e o reconhecimento das vozes minoritárias, tornando a escola um espaço onde todos se sentem ouvidos e representados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, a gestão democrática na educação é um modelo que assegura a participação ativa de todos os envolvidos na tomada de decisões. Isso não apenas promove a eficácia e a equidade na educação, mas também fortalece o senso de pertencimento, a transparência, a responsabilidade e as habilidades de resolução de problemas na comunidade escolar. Quando todos têm a oportunidade de influenciarem o destino de sua escola, os benefícios se estendem não apenas à educação, mas também à formação de cidadãos críticos e participativos.

Muitos fracassos nos sistemas escolares podem ser atribuídos, mesmo que parcialmente, à incapacidade para se construir boas relações. A escola, por sua vez, tem o dever de proporcionar um ambiente que favoreça integração interpessoal.

Um dos aspectos relevantes que vimos da gestão compartilhada é a participação coletiva e, embora as pessoas estejam se envolvendo de forma cada vez mais significativa, ainda não se chegou ao patamar desejado da participação efetiva dos membros da comunidade escolar e suas motivações pessoais para que a escola siga seu caminho como construtora de mais saber.

É de fundamental importância que se estabeleça a articulação entre a escola e a comunidade que a serve, que fica em torno da mesma, pois a escola não é um órgão isolado e suas ações devem estar voltadas para as necessidades comunitárias.

O dirigente de uma escola comunitária com muito trabalho, dedicação, participação terá oportunidades para chegar ao objetivo da educação que é promover o ser humano dentro de seu contexto social e político.

Através dos resultados deste estudo podemos observar o envolvimento na tomada de decisões, do trabalho colaborativo e a participação do grupo escolar não somente na escola comunitária, mas nas escolas públicas; vimos também o empenho em compartilhar com as ações da instituição e o bom relacionamento de todos, fatores explícitos do modelo de gestão compartilhada. Percebemos a importância e a necessidade de se construir coletivamente, pois um plano só tem valor com o coletivo, além de se estabelecer relações e se fazer partidário no e para o ambiente escolar.

Com isso, esclarecemos que todos devem entender que a gestão democrática é sinônimo de projeto coletivo, que só pode ser viabilizado se o conjunto de todos os grupos que lidam com a educação - gestores escolares (administrativo e pedagógico)

e sociedade (pais e comunidade - parceiros) devem estar dispostos a participar de forma compartilhada. E, dentro desta perspectiva, delegamos que para a gestão escolar democrática vir de fato a se efetivar nas escolas públicas será necessário uma conscientização de toda a comunidade escolar a respeito do que é e como se faz gestão democrática na escola.

Concluimos que, a partir do momento em que a escola abre suas portas à participação dos sujeitos na elaboração de suas ações, se efetiva na prática uma gestão democrática. Esperamos, portanto, que o conjunto desta obra auxilie a compreensão do que representa a gestão escolar democrática no contexto atual, haja vista que a educação é um instrumento necessário para o desenvolvimento humano.

É um direito de cada um tornar-se um cidadão ativo, participativo e criativo. Para tanto, participar e aprender traz alegria, sentimento de liberdade, de escolha, abertura ao novo, autonomia do pensar e agir. Quem experimenta a satisfação, a alegria de aprender, de conhecer, de ser, não esquece jamais, pois ela se repete e se reproduz por toda vida.

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e das metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. Nas empresas, a participação nas decisões é quase sempre uma estratégia que visa o aumento de produtividade. Nas escolas, esse objetivo não precisa ser descartado, pois elas também buscam bons resultados. Entretanto, há aí um sentido mais forte de prática da democracia, de experimentar formas não-autoritárias de exercício do poder, de intervir nas decisões da organização e definir coletivamente o rumo dos trabalhos.

REFERENCIAS

ANDRADE, de Margarida Maria. **Introdução à metodologia do trabalho**. 9. ed., São Paulo: Editora Atlas, 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS **NBR 6023**: referências bibliográficas. [s. l.], 1989. 9 p. Capturado em 20 mai. 2009. Disponível na Internet: <http://www.pucrs.br/biblioteca/modelo.htm>

ABREU, Mariza Vasques de. **Progestão**: como desenvolver a gestão dos servidores na escola?, módulo VIII / Mariza Vasques de Abreu, Esmeralda Moura; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado. Brasília: CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

ADRIÃO, T., CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. P., ADRIÃO, T. (orgs.) **Gestão, financiamento e direito à educação**: análise da LDB e da Constituição Federal. São Paulo: Xamã, 2001.

ALVES, José. M. **Organização, gestão e projeto educativo das escolas**. Porto: Edições Asa, 1992.

AREDES, A. P. J. As políticas públicas que originaram as instâncias pró-democráticas de participação no Estado de São Paulo. **Org&Demo**. Marília, n.3, p. 77– 88, 2002.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Setenta, 1977.

BARROSO, J. **Autonomia e gestão das escolas**. Lisboa: Ministério da Educação, 1996.

_____. **Para o desenvolvimento de uma cultura de participação na escola**. Instituto de Inovação Educacional. Editorial do M. da Educação, 1995.

BORGUETTI, Rita de Cássia Teixeira. **A municipalização das Escolas de Ensino Fundamental de Marília (EMEFs)**. 2000. 176 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília.

BRABO, T. S. A. M. Democratização da escola sob uma perspectiva de gênero: um novo desafio. **Org&Demo**. Marília, n. 5, p.55–78, 2004.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A Educação Popular Na Escola Cidadã**. Petrópolis: Vozes, 2002.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil. Brasília: SenadoFederal, 1988.

_____. Lei n. 9394, de 20/12/96, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, **Diário Oficial da União**, n. 248, 1996.

CARVALHO, Nanci Valadares. **Autogestão**. São Paulo: Brasiliense. 1995.

CUNHA, Maria I. e Leite, Denise B. C. **Decisões Pedagógicas e Estruturas de Poder na Universidade.** Campinas: Papirus, s/d.

CURY, R. J. O Conselho Nacional de educação e a gestão democrática. Apud ADRIÃO, T., CAMARGO, R. B. A gestão democrática na Constituição Federal de 1988. In: OLIVEIRA, R. P., ADRIÃO, T. (orgs.) **Gestão, financiamento edireito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal.** São Paulo: Xamã, 2001.

DAL RI, N. M. **Educação democrática e trabalho associado no contexto político-econômico do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** 2004.315 f. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual Paulista, Marília.

DEMO, P. **Participação é conquista.** São Paulo: Cortez –Autores Associados, 1988.

DEWEY, John. **Vida e Educação.** São Paulo: Melhoramentos, 2004.

DOURADO, Luiz Fernandez. A escolha de dirigentes escolares: políticas e gestão da educação no Brasil. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.) **Gestão Democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Cortez, 1998.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Progestão: como promover, articular e envolver a ação dos pessoas no processo de gestão escolar?, módulo II / Luiz Fernandes Dourado, Marisa Ribeiro Teixeira Duarte ; coordenação geral Maria Aglaê de Medeiros Machado.** Brasília : CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação, 2001.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Hollanda. **Novo Dicionário.** Rio: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, Francisco W. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto (org.). **Gestão democrática da educação: atuais tendências, novos desafios.** São Paulo: Ed. Cortez, 2000.

FILIPOUSKI, Maria R. **Gestão Escolar.** Porto Alegre: UFRGS, 2005.